



Organização
Pan-Americana
da Saúde



Organização
Mundial da Saúde
ESCRITÓRIO REGIONAL PARA AS Américas

56º CONSELHO DIRETOR

70ª SESSÃO DO COMITÊ REGIONAL DA OMS PARA AS AMÉRICAS

Washington, D.C., EUA, 23 a 27 de setembro de 2018

Tema 8.6 da agenda provisória

CD56/INF/6
24 de julho de 2018
Original: inglês

CONSULTA REGIONAL REFERENTE À ESTRATÉGIA MUNDIAL DA OMS SOBRE A SAÚDE, O MEIO AMBIENTE E A MUDANÇA CLIMÁTICA

Introdução

1. O Conselho Executivo da Organização Mundial da Saúde (OMS), no termos da decisão EB142(5) (1), tomada na sua 142ª sessão, em janeiro de 2018, solicitou ao Diretor-Geral que elaborasse um projeto de estratégia mundial abrangente sobre a saúde, o meio ambiente e a mudança climática para ser considerado pela 72ª Assembleia Mundial da Saúde em maio de 2019, após revisão pelo Conselho Executivo na sua 144ª sessão, em janeiro de 2019. Esse projeto de estratégia visa oferecer uma visão e um caminho para o mundo e a comunidade da saúde responderem aos riscos e desafios ligados à saúde ambiental até 2030, bem como para garantir ambientes seguros, propícios e equitativos com respeito à saúde, transformando nossos modos de vida, trabalho, produção, consumo e governo. Em conformidade com a decisão WHA65(9), subparágrafo 4(a) (2), foi solicitado aos comitês regionais que apresentassem suas observações e sugestões sobre esse projeto de estratégia (anexo).

Objetivos e mecanismos do projeto de estratégia mundial

2. O projeto de estratégia mundial identifica seis objetivos estratégicos para os quais mecanismos de implementação, plataformas e pontos de entrada específicos serão usados para empreender ações no tocante às causas ambientais fundamentais das doenças. Esses objetivos são:

- a) Prevenção primária: ampliar a ação sobre os determinantes para promover e proteger a saúde na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;
 - b) Ação intersetorial: abordar os determinantes da saúde nas políticas de todos os setores e assegurar uma transição saudável em setores determinantes para a saúde, como energia e transportes;
 - c) Fortalecimento do setor da saúde: reforçar as funções de liderança, governança e coordenação do setor da saúde;
-

- d) Obtenção de apoio: construir mecanismos de governança e obter apoio político e social;
- e) Necessidade de novas evidências: gerar e fornecer evidências baseadas nos riscos e soluções, bem como na comunicação eficiente com as partes interessadas para orientar as escolhas e investimentos;
- f) Monitoramento: orientar as ações por meio do acompanhamento do progresso rumo à consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

3. A contribuição da OMS para a agenda de saúde, do meio ambiente e da mudança climática será orientada por três prioridades estratégicas: a promoção de populações mais saudáveis, o atendimento das emergências de saúde e o avanço da cobertura universal de saúde. Será prestado apoio por meio das funções centrais da OMS, como: *a)* liderança e políticas; *b)* síntese de evidências e defesa da causa, desenvolvimento de ferramentas, monitoramento da implementação e formulação da agenda de pesquisa, que apoiará os bens públicos para a saúde, e *c)* apoio direto aos países.

4. As principais metas da estratégia mundial estão alinhadas com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, especificamente no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 3, 6 e 13, bem como com o 13º Programa Geral de Trabalho da OMS (3).

Ação pelo Conselho Diretor

5. O Conselho Diretor é convidado a tomar nota do relatório e fazer as recomendações que considere pertinentes no que diz respeito ao projeto de estratégia mundial abrangente da OMS sobre a saúde, o meio ambiente e a mudança climática. Essas recomendações enriquecerão o texto do documento a ser submetido à consideração do Conselho Executivo da OMS na sua 144ª sessão, em janeiro de 2019.

Anexo

Referências

1. Organização Mundial da Saúde. *Salud, medio ambiente y cambio climático* (Saúde, meio ambiente e mudança climática) [Internet]. 142ª sessão do Conselho Executivo da OMS; 26 de janeiro de 2018; Genebra, Suíça. Genebra: OMS; 2018 (documento EB142(5) [consultado em 2 de julho de 2018]. Disponível em espanhol em: [http://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/EB142/B142\(5\)-sp.pdf](http://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/EB142/B142(5)-sp.pdf).

2. Organização Mundial da Saúde. *Decisiones y lista de resoluciones* (Decisões e lista de resoluções) [Internet]. 65ª Assembleia Mundial da Saúde; 5 de junho de 2012; Genebra, Suíça. Genebra: OMS; 2012 (documento A65/DIV/3) [consultado em 2 de julho de 2018]. Disponível em espanhol em: http://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA65/A65_DIV3-sp.pdf.
3. Organização Mundial de Saúde. *Proyecto de 13.º programa general de trabajo, 2019-2023* (Projeto do Décimo Terceiro Programa Geral de Trabalho, 2019-2023) [Internet]. 71ª Assembleia Mundial da Saúde; 5 de abril de 2018; Genebra, Suíça. Genebra: OMS; 2018 (documento A71/4) [consultado em 2 de julho de 2018]. Disponível em espanhol em: http://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA71/A71_4-sp.pdf.



DOCUMENTO DE INFORMAÇÃO

Projeto da estratégia mundial da OMS sobre a saúde, o meio ambiente e a mudança climática

A transformação necessária para melhorar de forma sustentável a vida e o bem-estar por meio de ambientes saudáveis

Antecedentes

1. Na decisão EB142(5) (2018), o Conselho Executivo, na sua 142ª sessão, solicitou ao Diretor-Geral, entre outras coisas, que formulasse um projeto de estratégia mundial abrangente sobre a saúde, o meio ambiente e a mudança climática, para ser considerado pela 72ª Assembleia Mundial da Saúde em maio de 2019, por meio do Conselho Executivo na sua 144ª sessão, em janeiro de 2019. Além disso, em conformidade com a decisão WHA65(9) (2012), foi solicitado aos comitês regionais que apresentassem suas observações e sugestões sobre esse projeto de estratégia.

Alcance

2. **Este projeto de estratégia visa oferecer uma visão e um caminho sobre como o mundo e a comunidade de saúde precisam responder aos riscos¹ e desafios ligados à saúde ambiental** até 2030 e garantir ambientes seguros, propícios e equitativos com respeito à saúde, transformando nossos modos de vida, trabalho, produção, consumo e governo.

O desafio

3. **Os riscos ambientais evitáveis conhecidos causam cerca de um quarto de todas as mortes e da carga de doença em todo o mundo, totalizando 13 milhões de mortes a cada ano.** É claro que a integridade do meio ambiente tem uma influência importante sobre a saúde e o desenvolvimento humanos. Por si só, a poluição do ar — um dos maiores riscos para a saúde — causa 7 milhões de

¹ No âmbito desta estratégia, os riscos ambientais para a saúde são definidos como todos os fatores físicos, químicos, biológicos e relacionados ao trabalho externos ao indivíduo, e todos os comportamentos relacionados, porém exclui os ambientes naturais que, de maneira razoável, não podem ser modificados. Um foco especial recai sobre a parte do ambiente que, de maneira razoável, podem ser modificados.

mortes evitáveis por ano, com mais de nove em cada 10 pessoas respirando ar poluído e quase 3 bilhões de pessoas ainda dependendo de combustíveis poluentes, como os combustíveis sólidos ou o querosene para cozinhar e iluminar e aquecer ambientes. Mais da metade da população mundial ainda está exposta a água, saneamento e higiene geridos de forma inadequada, o que resulta em mais de 800 mil mortes evitáveis a cada ano. Uma grande parcela dos casos de malária e de outras doenças transmitidas por vetores está intimamente ligada a ambientes aquáticos passíveis de manejo ambiental. Mais de 1 milhão de trabalhadores morrem a cada ano porque seu local de trabalho é inseguro e mais de 1 milhão de pessoas morrem devido à exposição a produtos químicos.

4. **A mudança climática cada vez mais tem impacto sobre a saúde e o bem-estar das pessoas, assim como outras mudanças ambientais em todo o mundo, como a perda de biodiversidade.** A mudança climática está aumentando a ocorrência de ondas de calor, secas, chuvas extremas, tempestades e ciclones graves em muitas áreas, e modificando a transmissão de doenças infecciosas, o que resulta em grandes impactos sobre a saúde. O risco para as populações em situações vulneráveis, como as que vivem em pequenas ilhas, é desproporcional. Entre as possíveis consequências mais amplas figuram a escassez de água, a migração forçada e o aumento das tensões políticas dentro e entre os países.

5. **Apesar dos esforços substanciais para reduzir os riscos ambientais para a saúde, os riscos “clássicos” persistem, agravando a equidade em saúde.** Fizeram-se avanços importantes para proteger as pessoas de riscos ambientais conhecidos, com o estabelecimento de normas e diretrizes, a implementação de soluções e o monitoramento dos esforços. Eles constituem a base para a proteção da saúde ambiental e precisam ser ampliados. No entanto, o desenvolvimento desigual deixou para trás grandes parcelas da população mundial, que ainda carecem de acesso a serviços ambientais básicos, como saneamento e energia doméstica limpa. Os efeitos das ações humanas sobre o meio ambiente também são uma questão ética e de direitos humanos, pois serão sentidas pelas gerações futuras e continuarão a afetar desproporcionalmente as populações em situação de vulnerabilidade em todos os grupos de gênero, idade, etnia e posição socioeconômica.

6. **Novas questões ambientais, climáticas e de saúde estão surgindo e exigem identificação e resposta rápidas.** O mundo está mudando rapidamente, com um ritmo crescente de desenvolvimento tecnológico, uma nova organização do trabalho, o aumento da migração, a mudança climática e o aumento da escassez da água. O mundo precisa ser capaz de identificar e responder a essas mudanças e questões emergentes de maneira oportuna. Exemplos recentes são a gestão do lixo eletrônico, nanopartículas, microplásticos e disruptores endócrinos.

7. **O mundo está perdendo a oportunidade de orientar a transição energética, a urbanização e outras grandes tendências do desenvolvimento de modo a proteger e promover a saúde.** Entre as mudanças em larga escala, destacam-se: o aumento da demanda por energia e transporte; a inovação tecnológica, ampliando o leque de opções para suprir essas demandas; a urbanização, com mais da metade da população mundial vivendo nas cidades (essa proporção subirá para mais de 70% até 2050); e o aumento da mobilidade de pessoas, bens e serviços. A saúde raramente está no centro das decisões que afetam essas tendências, o que resulta em oportunidades perdidas para proteger e promover a saúde. Ambientes urbanos mal planejados e mal gerenciados, com sistemas de transporte insustentáveis e falta de acesso a áreas públicas e verdes aumentam a poluição do ar e as “ilhas de calor”, reduzem as oportunidades para atividades físicas e o acesso a empregos dignos e

educação, e têm um impacto negativo sobre a vida das comunidades e a saúde mental das pessoas. Devido à estreita relação entre a poluição do ar e a mudança climática, o fracasso no combate à poluição do ar e à mitigação da mudança climática resulta em uma oportunidade perdida na tentativa de obter os “benefícios colaterais” econômicos, ambientais e de saúde decorrentes do aumento da eficiência dos sistemas de transporte e energia. São necessárias novas abordagens que levem em consideração as consequências das ações na sua totalidade, assumindo uma perspectiva de longo prazo e de equidade.

8. **A sustentabilidade dos sistemas de saúde é posta em risco se as causas fundamentais das doenças não forem atacadas com seriedade.** Cerca de 10% do produto interno bruto mundial está sendo gasto em saúde, mas menos de 0,5% é destinado à prevenção primária.¹ As taxas recorrentes e elevadas de doenças diarreicas, infecções respiratórias e, em especial, doenças não transmissíveis causadas pelo meio ambiente exercem grande pressão sobre os serviços de saúde e os orçamentos das famílias nos países. Os recursos financeiros e humanos alocados para a promoção da saúde e a prevenção primária continuam a ser inadequados para enfrentar a substancial carga de doença causada pelos riscos ambientais para a saúde.

9. **As abordagens voltadas para o tratamento de doenças individuais, em vez de melhorar os determinantes da saúde, serão insuficientes para fazer face aos desafios atuais da saúde ambiental.** É pouco provável que as abordagens de determinantes únicos resultem em melhorias antecipadas em termos de equidade em saúde e bem-estar, dada a complexa interação de fatores ao nível dos transfronteiriços, da sociedade e do indivíduo. São necessárias abordagens mais integradas para abordar as causas fundamentais das doenças, que costumam ser definidas por políticas em setores-chave que não a saúde. Deixar de abordar essas causas fundamentais e a excessiva dependência de medicamentos e inseticidas estão até mesmo levando a problemas crescentes, como a resistência aos antimicrobianos e inseticidas, com implicações possivelmente substanciais para a saúde pública.

10. **As lacunas de conhecimento continuam a impedir a implementação eficiente de estratégias de proteção da saúde, e faz-se necessária uma comunicação mais eficiente e baseada em evidências.** As evidências sobre certos riscos para a saúde ainda são incompletas ou inexistentes, tais como a radiação ionizante, o lixo eletrônico, as nanopartículas e as numerosas substâncias químicas ou suas misturas. É preciso avaliar melhor o impacto sobre a saúde das condições de emprego e riscos relacionados ao trabalho, tais como o trabalho sedentário, as longas jornadas de trabalho e a migração de trabalhadores. Da mesma forma, são necessárias mais evidências sobre soluções e estratégias eficientes e seus custos financeiros, bem como sobre a sua implementação com eficácia. A comunicação dessas evidências e informações de saúde pública é feita cada vez mais por meio de novas plataformas: é preciso usá-las de modo a aproveitar todo o seu potencial.

11. **Os mecanismos de governança atuais, inclusive no nível local, não conseguem abordar de maneira eficaz a natureza transversal das questões de saúde ambiental.** Como as políticas continuam a ser definidas sem que se leve em consideração os impactos que podem exercer sobre a saúde e os sistemas de saúde, em parte devido à ausência de mecanismos de governança abrangentes, seu benefício global será representado de maneira imprecisa.

¹ A prevenção primária visa prevenir doenças ou lesões antes que elas ocorram.

12. **A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável contempla uma nova abordagem para a saúde, o meio ambiente e a equidade.** Ao interligar a evolução socioeconômica com a proteção do meio ambiente e com a saúde e o bem-estar, a Agenda 2030 oferece apoio geral para atacar os determinantes de saúde, à medida que políticas pertinentes estão sendo definidas ou escolhas importantes estão sendo feitas, de forma preventiva e sustentável, em vez de lidar repetidamente com impactos adversos e desigualdades. O compromisso de combater o uso excessivo de recursos naturais, a produção de resíduos em larga escala, a influência indevida e os interesses particulares em detrimento dos interesses públicos deve permitir a realização de atividades econômicas mais sustentáveis e a criação de bens públicos mundiais para a saúde.

13. **A situação atual e os desafios futuros exigem uma transformação da maneira como gerimos nosso meio ambiente em relação à saúde e ao bem-estar.** As abordagens atuais já assentaram as bases: no entanto, não foram suficientes para reduzir de forma sustentável e eficiente os riscos ambientais para a saúde e construir ambientes propícios e favoráveis à saúde.

Visão

14. Um mundo em que o desenvolvimento sustentável tenha eliminado quase um quarto da carga de doença causada por ambientes insalubres por meio da proteção e promoção da saúde, ações preventivas em setores pertinentes e escolhas de vida saudáveis, e que administre os riscos ambientais para a saúde novos e emergentes. Os setores-chave incorporam plenamente a saúde ao seu processo de tomada de decisões e maximizam o bem-estar social.

Objetivos estratégicos para a transformação necessária

15. **Para enfrentar os desafios da saúde, meio ambiente e mudança climática, precisaremos repensar a forma como vivemos, trabalhamos, produzimos, consumimos e governamos. A transformação exigirá que passemos a agir sobre os determinantes a montante que influenciam a saúde, o meio ambiente e a mudança climática, por meio de uma abordagem integrada e incorporada a todos os setores, facilitada e apoiada por mecanismos adequados de governança e vontade política de alto nível. O setor da saúde precisa cumprir um novo papel para impulsionar essa transformação, usando uma abordagem sustentável e equitativa.**

A. Prevenção primária: ampliar a ação sobre os determinantes da saúde para promover e proteger a saúde na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

Ações eficazes e equitativas serão postas em prática visando os fatores por trás dos riscos ambientais para a saúde.

16. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável contempla o enfrentamento dos riscos ambientais na sua raiz, ou seja, por meio de uma mudança rumo a ações preventivas primárias e à promoção de escolhas saudáveis. Reduzir os 13 milhões de mortes resultantes dos riscos ambientais a cada ano exige uma ampliação eficiente da ação preventiva primária, envolvendo todos os principais interessados, em todos os setores.

i) **Envolvimento visando uma expansão maciça da prevenção primária.** A ampliação da prevenção primária exige uma transferência substancial dos recursos para o enfrentamento, de forma sustentável, dos principais riscos para a saúde, com o intuito de criar ambientes seguros e saudáveis e melhorar a vida das pessoas hoje e no futuro.

ii) **Integração de ações visando a prevenção primária nos programas de doenças.** É essencial integrar ações preventivas de saúde ambiental como um componente central da cobertura universal de saúde, inclusive por meio de estratégias e programas para doenças específicas (não transmissíveis e transmissíveis) e para riscos (a resistência aos antimicrobianos, por exemplo).

B. Ação intersetorial: abordar os determinantes da saúde nas políticas de todos os setores e assegurar uma transição saudável em setores determinantes para a saúde, como energia e transporte

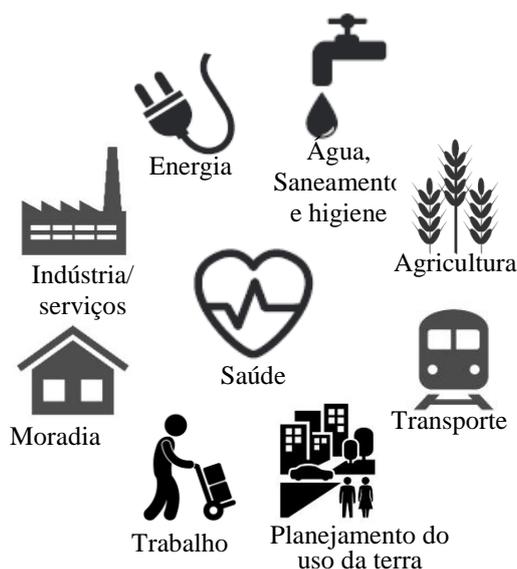
Políticas em todos os setores considerarão sistematicamente as perspectivas e evidências em matéria de saúde e obterão os benefícios colaterais da saúde decorrentes da proteção do meio ambiente.

17. A responsabilidade por muitos dos determinantes ambientais da saúde e as ferramentas para lidar com esses determinantes estão fora do controle direto dos indivíduos ou do setor de saúde por si só (Figura 1). Estão em curso transições substanciais em grandes sistemas, como energia e transporte, o que pode resultar em impactos profundos, tanto negativos como positivos, sobre a saúde da população. Portanto, faz-se necessária uma abordagem de saúde pública social e intersetorial, mais ampla e mais holística, e baseada na população. Exemplos de boas práticas estão à disposição, mas essas abordagens integradas não são aplicadas de maneira universal, e raramente são direcionadas para os determinantes ambientais e sociais da saúde a montante.

i) **Consideração sistemática da saúde na formulação de políticas pertinentes à saúde fora do setor da saúde.** As decisões tomadas sobre os fatores por trás dos riscos para a saúde devem ter como objetivo claro a obtenção e proteção da saúde em setores-chave como energia, transporte, moradia, trabalho, indústria, agricultura, água e saneamento, e planejamento urbano. Essa abordagem de Saúde em Todas as Políticas abrange o envolvimento das comunidades, a cobertura da saúde na regulamentação e salvaguardas ambientais e trabalhistas, e a avaliação do impacto sobre a saúde de projetos e políticas de desenvolvimento que abordem várias questões da saúde ambiental em um único ambiente, comunidade ou sistema.

ii) **Obter os benefícios colaterais para a saúde de optar por políticas mais sustentáveis.** Os danos e benefícios à saúde decorrentes das ações de política precisam ser avaliados por inteiro, juntamente com as implicações financeiras e ambientais. Benefícios muito maiores para a saúde poderiam ser alcançados se forem buscados benefícios colaterais para a saúde e se a saúde for levada em consideração desde o início da definição das políticas.

Figura 1. Setores-chave (lista não exaustiva) pertinentes à saúde, ao meio ambiente e à mudança climática



C. Fortalecimento do setor da saúde: reforçar as funções de liderança, governança e coordenação do setor da saúde

O setor da saúde exercerá funções de liderança e coordenação, trabalhando em conjunto com outros setores pertinentes à saúde, ao meio ambiente e à mudança climática para melhorar a vida das pessoas.

18. Mudanças incrementais para lidar com cada risco ambiental não são suficientes. Para abordar a contribuição ambiental para a carga de doença mundial, que permaneceu praticamente estática por uma década, o setor da saúde precisa ser equipado e fortalecido para assumir suas obrigações na formação de um futuro saudável e sustentável. O reforço da capacidade dos ministérios da saúde é essencial para: envolver outros setores do governo por meio de liderança, parceria, defesa da causa e mediação para alcançar resultados de saúde melhores; construir sua capacidade institucional e habilidades para implementar uma abordagem de Saúde em Todas as Políticas; e fornecer evidências sobre os determinantes da saúde e da desigualdade, bem como sobre respostas eficazes. Essa abordagem, por sua vez, evitaria custos econômicos atuais ou futuros, permitindo o reinvestimento na saúde e no desenvolvimento sustentável.

- i) **Investir na capacidade do setor da saúde para envolver-se em políticas com outros setores.** É necessário desenvolver habilidades para participar de um diálogo intersetorial e do monitoramento dos investimentos e das suas consequências em outras áreas da economia. O aumento da capacidade permite a promoção de medidas mutuamente benéficas que protegem ao mesmo tempo a saúde e o meio ambiente. Nos países, os ministérios da saúde — por meio de liderança e governança intersetorial, defesa da causa baseada em evidências, programas operacionais e vigilância e monitoramento — podem impulsionar o progresso na

abordagem dos riscos ambientais, sociais e climáticos no intuito de obter benefícios de curto e longo prazos. As capacidades para o envolvimento em políticas por parte do setor da saúde abrangem competências relacionadas à implementação da abordagem da Saúde em Todas as Políticas.

ii) **Intensificar os esforços do setor da saúde para se aproximar de outros setores visando a proteção da saúde.** Em virtude do amplo alcance das questões e da varia da gama de participantes envolvidos, é importante que o setor de saúde ofereça orientação e estabeleça quadros regulatórios sobre a avaliação dos riscos e impactos para a saúde, a implementação de soluções apropriadas e o monitoramento do progresso entre os setores.

iii) **Serviços ambientais essenciais nas unidades de saúde esforços para tornar o setor de saúde mais verde.** Nos países de baixa e média renda, é necessário enfrentar o grande déficit no que se refere a dotar as unidades de saúde de água, saneamento e higiene geridos de forma segura, bem como de fontes de energia confiáveis, além de garantir sua resiliência a eventos climáticos extremos e outras situações de emergência. O setor da saúde também precisa dar o exemplo quando se trata de políticas e serviços de compras, gestão de resíduos e escolhas relacionadas à energia, de modo a limitar os impactos negativos sobre a saúde, o meio ambiente e a mudança climática.

D. Obter apoio: construir mecanismos de governança e obter apoio político e social

Mecanismos de governança e apoio político de alto nível possibilitarão o trabalho entre setores e manterão os bens públicos destinados à saúde.

A demanda dos cidadãos por ambientes mais saudáveis moldará as escolhas de políticas. Os acordos multilaterais e outros acordos de alto nível se ocuparão das principais forças motrizes e ameaças mundiais.

19. Atualmente, os setores são impulsionados principalmente por metas setoriais específicas. Existem poucos incentivos para avaliar os custos e benefícios além de cada setor, como os impactos sobre a saúde, o sistema de saúde e, por extensão, a sociedade. Mecanismos de governança, acordos e a necessidade política precisam ter como base abordagens mais holísticas que evitem silos. Isso levaria à escolha de políticas baseadas nos seus impactos globais sobre a sociedade, inclusive os impactos relacionados à saúde.

i) **Fortalecimento dos mecanismos de governança de modo a permitir ações sustentáveis para proteger a saúde.** São necessários mecanismos de governança eficientes e abrangentes para facilitar o trabalho intersetorial e levar em conta os custos e benefícios de forma abrangente. São exigidas abordagens mais holísticas e a proteção dos bens públicos destinados à saúde, em coordenação com o setor da saúde. Como os retornos das ações para a saúde ambiental raramente estão alinhados com os calendários políticos, é importante que esses mecanismos possam conciliar a ação ambiental com os benefícios colaterais e retornos de longo prazo relativos à saúde. Tais mecanismos têm uma sustentabilidade maior do que os cuidados de saúde repetidos.

ii) **Aumentar a demanda pela saúde e a respectiva liderança.** São necessários o amplo envolvimento e a ação das partes interessadas intersetoriais, do setor de saúde e da comunidade para implementar políticas de apoio à saúde, bem como o design e a gestão saudáveis. Os impactos sobre a saúde decorrentes dos riscos ambientais são substanciais: os sistemas de saúde convencionais por si só não conseguem enfrentá-los de maneira sustentável. A sociedade está cada vez menos preparada para suportar os impactos de saúde totalmente evitáveis. É preciso haver mecanismos institucionais adequados para fornecer uma estrutura e uma plataforma para essa cooperação de forma integrada, com a inclusão da saúde na formulação de políticas intersetoriais em todos os níveis. A abordagem Saúde em Todas as Políticas e um enfoque que abranja a totalidade do governo são úteis nesse processo.

iii) **Construir movimentos e acordos políticos de alto nível.** Os esforços mundiais de longo prazo para fazer face aos riscos ambientais para a saúde geraram evidências e ferramentas críticas. As evidências sobre as soluções para reduzir drasticamente a carga de doença nos ambientes inseguros se acumularam: esses sucessos notáveis estão revelando que os investimentos geraram grandes retornos. Os recentes fóruns, compromissos (como o Acordo de Paris sobre a Mudança Climática de 2015) e as alianças de alto nível na esfera política, além da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, provavelmente apoiarão essa mudança.

E. Necessidade de novas evidências: para gerar e fornecer a base de evidências sobre os riscos e as soluções, além de comunicação eficiente com as partes interessadas para orientar as escolhas e investimentos

Informações suficientes baseadas em evidências estarão disponíveis em todas as áreas cruciais para apoiar as escolhas das ações para proteger a saúde com base nos impactos sobre a saúde, implicações econômicas das soluções, sua eficácia e benefícios colaterais.

20. O reforço da ação intersetorial, o apoio de alto nível e a ampliação da prevenção primária exigirão uma base sólida e estendida de evidências sobre os impactos na saúde, os custos, a eficácia e os benefícios sociais mais amplos das soluções para reduzir esses impactos, e precisarão ser embasados pelo monitoramento e acompanhamento regulares. O reforço e intensificação da defesa da causa, a ampla comunicação e conscientização por meio de redes mais amplas e parceiros sobre os benefícios colaterais para a saúde das ações sobre a saúde, o meio ambiente e a mudança climática são essenciais para desencadear e sustentar a ação.

i) **A integração contínua do monitoramento ambiental e da vigilância sanitária para avaliar os impactos dos riscos e serviços ambientais sobre a saúde.** As tendências mundiais e locais dos impactos continuarão a fornecer evidências sobre como o meio ambiente está influenciando a saúde e o desenvolvimento humanos e a identificar as áreas em que a ação é mais importante.

ii) **O desenvolvimento contínuo de orientação com base em evidências para apoiar a ação eficaz nos níveis nacional e subnacional.** O setor da saúde tem a responsabilidade de

informar as autoridades responsáveis pelas políticas sobre os impactos na saúde e a avaliação econômica das intervenções, incluídos os instrumentos legais, para combater as causas ambientais fundamentais das doenças. A interação com os executores é necessária para otimizar a implementação subsequente. Por exemplo, ferramentas direcionadas precisarão estar à disposição das principais partes interessadas, como prefeitos, para orientar a ação visando a saúde.

iii) **Interpretação e comunicação direcionada de dados e evidências.** Informações de saúde pública baseadas em evidências sobre evidências e tendências, mensagens, iniciativas e campanhas de defesa da causa terão como objetivo informar as partes interessadas nos diversos níveis, apoiar as decisões sobre políticas e desencadear a ação e o apoio políticos de alto nível.

iv) **Mecanismos e capacidade para identificar ameaças emergentes para a saúde e responder a elas.** É preciso formar capacidades e desenvolver mecanismos para lidar com as questões de saúde ambiental que estão surgindo rapidamente, ligadas a novas tecnologias, à organização do trabalho ou a mudanças ambientais mundiais. Isso exige análises confiáveis das evidências e a avaliação da eficácia das medidas de controle para abordar as questões emergentes, porém incertas, como as relacionadas aos microplásticos, aos disruptores endócrinos, às nanopartículas e ao lixo eletrônico.

v) **Moldar a pesquisa e impulsionar a inovação.** A pesquisa é a base das mudanças estratégicas, que serão necessárias para acelerar a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Para promover a Agenda 2030, as necessidades de pesquisa devem ser identificadas e o conhecimento precisa ser traduzido para preencher lacunas de conhecimento cruciais por meio da facilitação coordenada da pesquisa. Estudos ligados a políticas em áreas pertinentes à saúde e em ciência da implementação serão de especial interesse para melhorar a saúde por meio de ambientes mais seguros e saudáveis.

vi) **Elaborar a argumentação a favor da alocação de recursos suficiente e influenciar os investimentos.** Estender a ação para proteger a saúde para ambientes mais seguros requer financiamento suficiente e a reorientação dos investimentos. A alocação de recursos deve ser orientada por avaliações baseadas em evidências, sempre que possível, levando em consideração todos os custos e todos os benefícios colaterais. Todos os custos sociais da inação no curto e no longo prazo, assim como as implicações das políticas pertinentes à saúde em todos os setores, devem ser levados em consideração de forma plena e sistemática de modo a evitar a transferência oculta de custos para o setor da saúde e o enfraquecimento da sustentabilidade ambiental. Nos casos em que ainda não há avaliações do impacto econômico e sanitário disponíveis, por exemplo, sobre os disruptores endócrinos, novos processos de trabalho, nanopartículas ou numerosos produtos químicos, deve ser adotada uma abordagem precautória.

F. Monitoramento: para orientar as ações por meio do acompanhamento do progresso rumo à consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

As ações serão guiadas pelo progresso monitorado na implementação da prevenção primária até ambientes mais saudáveis e seguros.

21. O monitoramento terá como objetivo acompanhar de perto os determinantes da saúde, bem como a sua distribuição entre os grupos populacionais e dentro deles. Assim, informará sobre os progressos realizados para ajustar as políticas, bem como para garantir a justiça ambiental.

- i) **Monitoramento do progresso rumo à consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e de outros indicadores.** Os países, em cooperação com a OMS e outros órgãos pertinentes quando for o caso, monitorarão o progresso rumo à consecução dos Objetivos relacionados à saúde e outros indicadores pertinentes na área de saúde, meio ambiente e mudança climática, com o intuito de abordar de forma abrangente as causas ambientais fundamentais das doenças. A desagregação estratégica dos dados assegurará a identificação das desigualdades em saúde e seus fatores. A compilação estratégica de dados sobre os determinantes sociais e ambientais para compreender os fatores por trás das desigualdades em saúde, contribuirá para a coerência entre as políticas em todos os níveis de governo.
- ii) **Monitorar a evolução e implementação de estratégias pertinentes no nível dos países.** Os indicadores pertinentes do impacto e dos resultados intermediários precisam ser monitorados para medir a mudança no nível dos países, a fim de avaliar o progresso e orientar as políticas.

Plataformas de implementação

Pontos de entrada específicos serão usados para propiciar uma ação ampliada sobre as causas ambientais fundamentais das doenças usando abordagens integradas.

22. A resposta aos desafios suscitados pela persistência e surgimento de riscos para a saúde vai além do setor da saúde formal. A resposta só pode fazer face à escala dos desafios se for liderada pela comunidade de saúde, trabalhando com outras para implementar políticas multissetoriais promotoras da saúde, em contextos cruciais. Isso precisa ser sustentado pelo apoio público, e por um ambiente de política favorável, informado e acompanhado por meio das melhores evidências disponíveis. Uma variedade de mecanismos e plataformas de implementação é necessária para concretizar essa visão.

Um setor de saúde com mais poder e autonomia

23. O setor da saúde formal representa uma fração significativa e crescente da economia mundial; é um dos maiores empregadores do mundo, com uma posição única de confiança e integração nas comunidades. Portanto, sua condição é ideal para: implementar intervenções de saúde ambiental no nível das comunidades (seja diretamente ou em parceria com organizações da sociedade civil); dar o exemplo ao demonstrar boas práticas de sustentabilidade, ao reduzir o impacto ambiental da prática da atenção à saúde; e atuar como líderes e defensores da saúde e do

desenvolvimento sustentável. Isso exigirá: um reequilíbrio das despesas do setor da saúde na direção da prevenção primária e não do tratamento; um revigoramento mundial e a ampliação da disciplina de agentes de saúde ambiental para abordar a escala e a complexidade dos desafios modernos nessa área; e a liderança do setor da saúde para promover uma visão de saúde com uma perspectiva de longo prazo, baseada nos determinantes da saúde.

Plataformas nacionais e subnacionais mais fortes para a formulação de políticas intersetoriais

24. Um pequeno número de países conta com estruturas institucionais formais que fornecem orientação política direta sobre os desafios da saúde e do meio ambiente, ou que determinam a avaliação intersetorial das implicações para a saúde das decisões tomadas em outros setores. Essa abordagem da Saúde em Todas as Políticas precisa ter uma cobertura mais ampla, um alcance mais extenso no tratamento das políticas a montante (isto é, avaliações estratégicas) em vez de projetos individuais, e uma influência mais direta em matéria de políticas (por exemplo, um status legal em vez de um papel apenas consultivo). Fóruns regionais de alto nível também têm contribuído bastante para a promoção da agenda da saúde e do meio ambiente.

Principais contextos para servirem de local para intervenções

25. Os contextos-chave a seguir apresentam oportunidades para abordar os riscos para a saúde ambiental e reduzir as desigualdades em saúde, ao mesmo tempo em que se responde à evolução demográfica, social, econômica, tecnológica e de estilo de vida.

Lares. Garantir um abrigo que: seja estruturalmente sólido; tenha temperaturas internas adequadas; forneça água potável, saneamento, iluminação e espaço suficiente; esteja equipado com energia limpa, acessível e confiável para cozinhar, aquecer, iluminar, bem como ventilação; e proteja contra poluentes internos, o risco de ferimentos, mofo e pragas.

Escolas. Garantir um ambiente seguro para a educação; usar as escolas como centros para conscientizar sobre os vínculos entre a saúde e o meio ambiente e facilitar a inclusão de melhores práticas na comunidade em geral.

Locais de trabalho. Assegurar a cobertura de serviços de saúde ocupacional que abordem toda a gama de riscos físicos, químicos, biológicos, psicossociais e ergonômicos no local de trabalho, contribuam para a prevenção e controle de fatores de risco modificáveis, sobretudo os ligados a doenças não transmissíveis, e estejam adaptados às novas formas de trabalho, migração e organização de locais de trabalho.

Unidades de saúde. Assegurar a prestação de serviços de saúde ambiental essenciais, como o acesso a energia limpa e confiável e a água potável, saneamento e higiene; a resiliência a eventos climáticos extremos e mudanças climáticas; e a proteção dos profissionais de saúde e da comunidade em geral por meio da segurança química, controle de infecções e gestão de resíduos.

Cidades. Abordar os desafios específicos das cidades como uma concentração da exposição a riscos ambientais, como a poluição do ar do ambiente, o saneamento deficiente, resíduos ou riscos ocupacionais, ao mesmo tempo em que se aproveita a oportunidade apresentada ao se ter uma única autoridade na forma do prefeito que tem o poder de tomar decisões

intersectoriais, por exemplo, sobre planejamento urbano, fornecimento de energia, água e saneamento, e gestão de resíduos.

26. Esta lista não é exaustiva: outros contextos pertinentes podem ser as áreas de desenvolvimento agrícola, as zonas econômicas concentradas, os campos de refugiados, incluídos os abrigos temporários e abrigos para migrantes, os mercados, as aldeias e as pequenas ilhas.

Parcerias para um movimento social em favor de ambientes mais saudáveis

27. Um requisito essencial para a ação é a vontade política. Isso só será possível se houver uma ampla conscientização da sociedade sobre as ameaças fundamentais para a saúde representadas pelos riscos ambientais e pela mudança climática e sobre as possíveis soluções. Defensores individuais da causa, associações profissionais de saúde e organizações da sociedade civil são fundamentais para mobilizar o apoio público para que as escolhas na área do desenvolvimento sejam mais sustentáveis e promovam a saúde.

Acordos multilaterais sobre o meio ambiente, a saúde e o desenvolvimento

28. A maioria dos acordos mundiais sobre o meio ambiente (como a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática e o Acordo de Paris, a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Convenção de Minamata sobre o Mercúrio) e os acordos regionais sobre o meio ambiente (como a Convenção sobre a Poluição Atmosférica Transfronteiriça a Longa Distância) citam a saúde como uma questão de grande interesse. Contudo, os conhecimentos técnicos em saúde e as respectivas questões nem sempre estão bem representadas nos seus mecanismos de implementação. O envolvimento mais forte do setor da saúde promoveria sinergias, minimizaria as consequências negativas imprevistas e otimizaria as compensações necessárias entre os objetivos ambientais, econômicos e de saúde. Da mesma forma, zelar para que os instrumentos internacionais de saúde, como o Regulamento Sanitário Internacional (2005) tratem integralmente dos riscos ambientais aumentaria, em especial, as capacidades para lidar com as emergências ambientais. Essa integração transversal promoveria a abordagem holística articulada na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Plataformas para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

29. A Agenda 2030 levou à formação de fóruns políticos de alto nível que estão fortalecendo os meios para implementar e acompanhar os compromissos assumidos. Muitos dos Objetivos favorecem inteiramente as ações a serem tomadas para criar ambientes saudáveis e estão alinhados com elas. Portanto, esses fóruns constituem plataformas essenciais para desencadear avanços e, assim, atuar sobre as causas ambientais a montante das doenças e promover a igualdade em saúde. Os principais objetivos para a saúde, o meio ambiente e a mudança climática, além do Objetivo 3 sobre a boa saúde e o bem-estar, são o Objetivo 6 (água potável e saneamento), o Objetivo 7 (energia limpa e acessível), o Objetivo 8 (trabalho decente e crescimento econômico), o Objetivo 11 (cidades e comunidades sustentáveis), o Objetivo 12 (produção e consumo responsáveis) e o Objetivo 13 (ações sobre o clima).

Evidências e plataformas de monitoramento

30. Um número limitado de países tem órgãos consultivos com mandato e capacidade para definir agendas nacionais de pesquisa, gerar sínteses das evidências disponíveis, acompanhar os avanços nacionais nas áreas da saúde e meio ambiente, e transmitir essas informações diretamente às autoridades. No nível internacional, essa função é cumprida por meio do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática, que se ocupa, inclusive, da cobertura das implicações da mudança climática para a saúde, mas uma função semelhante não existe em toda a gama de desafios ambientais. A ampliação da cobertura em termos do número de países com esses mecanismos e a abordagem de uma gama mais variada de riscos ambientais, seja individualmente ou em conjunto, promoveriam em grande medida a formulação de políticas baseadas em evidências. Todos esses esforços devem estar alinhados e contribuir diretamente para o monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos níveis nacional e internacional.

O papel e a liderança da OMS na saúde mundial

31. Três prioridades e objetivos estratégicos vão orientar a contribuição da OMS para assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

- i) *Promover populações mais saudáveis.* Entre as condições para termos populações mais saudáveis figuram: cidades mais saudáveis; abastecimento de água potável, saneamento e higiene sustentáveis; soluções de transporte saudáveis; políticas de energia limpa; alimentos sustentáveis e agricultura sustentável.
- ii) *Abordar as emergências de saúde.* O aumento da resiliência do setor da saúde e das comunidades à mudança climática, a redução da vulnerabilidade e a melhoria da prontidão, vigilância e resposta a emergências de saúde prevenirão e reduzirão os impactos das emergências ambientais sobre a saúde.
- iii) *Promover a cobertura universal de saúde.* Serviços, conhecimentos e capacidades essenciais na área da saúde ambiental precisam ser uma parte integrante da cobertura universal de saúde.

32. A OMS contribuirá para a agenda sobre saúde, meio ambiente e mudança climática por meio das suas seis funções centrais.¹ Essas funções podem ser agrupadas em: a) liderança e políticas; b) síntese de evidências e defesa da causa, abrangendo a função normativa da Organização, o desenvolvimento de ferramentas, o monitoramento da implementação e a formulação da agenda de pesquisa que apoiará os bens públicos para a saúde e c) a prestação de apoio direto aos países (Figura 2).

¹ Exercer liderança em questões cruciais para a saúde e participar de parcerias em que a ação conjunta se faz necessária; moldar a agenda de pesquisa e estimular a geração, tradução e disseminação de conhecimento valioso; estabelecer normas e padrões e promover e monitorar sua implementação; articular opções de política éticas e baseadas em evidências; prestar apoio técnico, catalisar mudanças e desenvolver a capacidade institucional sustentável; e monitorar a situação da saúde e avaliar as tendências da saúde.

Figura 2: Esquema do papel e liderança da OMS na saúde, meio ambiente e mudança climática



33. Embora as funções centrais da OMS continuem a constituir a base do seu trabalho, mudanças importantes precisam ser feitas para responder à evolução dos requisitos. O principal foco do trabalho na área de saúde, meio ambiente e mudança climática recai sobre a promoção de populações mais saudáveis.

Promover populações mais saudáveis.

Exercer liderança

- a) **Exercer liderança** na orientação de **transições para energias saudáveis** e concepção de soluções de **transporte** e **projeto urbano saudáveis**, além de outras transformações contínuas, ao combinar a orientação baseada em evidências da OMS e o aumento da defesa da causa. Promover apoio político de alto nível em interações com os Estados Membros e a sociedade civil.
- b) **Coordenar os processos de política regional**, fornecendo ou ampliando as **plataformas** regionais de governança do meio ambiente e da saúde, reunindo os principais setores e partes interessadas.
- c) **Estimular a governança urbana** para desenvolver **idades saudáveis e sustentáveis**.
- d) **Zelar para que a “voz da saúde” seja ouvida** e assegurar que a saúde seja posicionada no cerne dos **instrumentos**, como a Convenção de Minamata sobre o Mercúrio e o Acordo de Paris sobre a Mudança Climática.

Síntese de evidências e defesa da causa para desenvolver bens públicos mundiais

- e) **Assegurar a geração de conhecimento** ao catalisar e coordenar a expansão da base de evidências sobre **soluções eficientes**, a pesquisa voltada para a **pertinência das políticas** e para as ameaças ambientais **emergentes** para a saúde. As informações baseadas em evidências sobre os impactos das políticas serão fundamentais para apoiar a ação intersetorial e fornecer argumentos convincentes para a busca de benefícios colaterais. O conhecimento gerado será então sintetizado na forma de orientação normativa para manter os bens públicos para a saúde, como a água potável e o ar puro.
- f) **Monitorar a evolução** dos **riscos para a saúde** e a **implementação de soluções** em termos da taxa de implementação, impactos, custos financeiros e custo-efetividade. Faz-se necessário um monitoramento contínuo para realinhar as prioridades e as estratégias de implementação nos países. A OMS continuará a expandir seu trabalho na convocação de parceiros para desenvolver **plataformas de dados** que integrem a diversidade dos dados necessários para monitorar o progresso. A OMS também está apresentando relatórios sobre diversos indicadores da saúde e do meio ambiente (no âmbito dos Objetivos 3, 6, 7 e 11).

Reforçar o impacto direto da OMS nos países

- g) **Catalisar as ações visando ambientes mais seguros e influenciar as escolhas setoriais**, por exemplo, ao participar do diálogo sobre políticas, oferecer **orientação** sobre políticas saudáveis e mecanismos de governança, prestar **assistência** na implementação de padrões e fazer o **monitoramento**. O tipo de envolvimento multissetorial e do setor da saúde será adaptado às necessidades dos países e seu foco poderá variar entre ações a montante (ações relacionadas a políticas, estratégicas) e ações a jusante (como a cooperação técnica).

- h) **Reforçar a capacidade do setor da saúde** para cumprir suas funções cada vez mais essenciais de gestão, **liderança** e **coordenação** em questões de saúde com alcance intersectorial. Prestar apoio para tornar o setor da saúde mais verde, ou seja, dar o exemplo a fim de limitar os impactos do setor da saúde sobre a saúde, o meio ambiente e a mudança climática.
- i) **Oferecer plataformas para as principais partes interessadas** na definição de escolhas saudáveis relacionadas ao meio ambiente e à mudança climática. Fornecer dados, informações e material de apoio à **sociedade civil** para ajudar no seu **envolvimento** em questões relativas a escolhas saudáveis em políticas de interesse. **Apoiar os prefeitos** e outros agentes fundamentais no nível local na construção de ambientes favoráveis à saúde, fornecendo ferramentas e informações sobre escolhas saudáveis.
- j) **Desenvolver iniciativas especiais para as populações em situações de vulnerabilidade.** Prestar apoio reforçado às **populações em situações de vulnerabilidade** (como crianças, trabalhadores da economia informal, populações que vivem em situações de emergência, comunidades pobres, populações de pequenos Estados insulares em desenvolvimento e populações em outros contextos geográficos vulneráveis), fortalecendo a resiliência dos sistemas de saúde aos riscos climáticos e promovendo medidas para mitigar a mudança climática em todo o mundo, a fim de garantir o futuro das populações mais vulneráveis no longo prazo.
- k) **Oferecer resposta emergencial.** Apoiar os países no desenvolvimento de sistemas para **aumentar a prontidão** para desastres e emergências ambientais, oferecer orientação normativa e técnica, e fortalecer as redes mundiais e regionais de especialistas para prestar **apoio aos países na resposta** a emergências ambientais. A resposta a emergências de saúde ambiental e a prestação de serviços de saúde ambiental são outras atividades importantes nos países.

Abordar as emergências de saúde ambiental

34. Os conflitos provocados pelo homem, os incidentes tecnológicos e os desastres naturais prejudicam a vida e a saúde das pessoas em todo o mundo, e é provável que a mudança climática e a migração forçada intensifiquem ainda mais essas situações de emergência. O número de pessoas deslocadas que fogem de emergências está aumentando, com os maiores efeitos sendo sentidos em países com as piores condições de saúde ambiental e com a menor capacidade de resposta a emergências de saúde ambiental.

35. Uma abordagem sistemática para abordar tanto as emergências ambientais, como um vazamento nuclear ou de uma substância química, como os aspectos de saúde ambiental de todos os tipos de emergências exige que a Secretaria trabalhe com todos os países para investir na avaliação da vulnerabilidade e do risco, bem como no planejamento da prontidão, resposta e recuperação. O Regulamento Sanitário Internacional (2005) constitui um mecanismo prontamente disponível para desenvolver as capacidades nacionais e regionais nas competências básicas pertinentes à detecção, prontidão e resposta no caso de eventos químicos, zoonóticos e nucleares.

36. Os objetivos da gestão da saúde ambiental em emergências são os seguintes:

- i) Identificar, avaliar e mapear riscos e vulnerabilidades ambientais e ocupacionais nos países suscetíveis a crises.
- ii) Melhorar as capacidades para se preparar para os aspectos da saúde ambiental e ocupacional das emergências e administrá-los com eficácia.

- iii) Zelar para que as unidades de saúde tenham acesso a serviços básicos de saúde ambiental, como água, saneamento e higiene, e disponham de sistemas para gerir a saúde e a segurança ocupacionais.
- iv) Proteger a saúde das pessoas contra os riscos ambientais ao longo de todas as fases do ciclo de gestão do desastre ou emergência.

37. As ações prioritárias sugeridas para a gestão da saúde ambiental em situações de emergência estão descritas na tabela abaixo.

Tabela. Ações prioritárias sugeridas para a gestão da saúde ambiental em situações de emergência

Resposta estratégica	Ação por parte dos países	Ação por parte da Secretaria
Desenvolver as capacidades do setor da saúde para gerir os serviços de saúde ambiental e ocupacional ao longo do ciclo de vida das emergências	Desenvolver perfis de emergência de saúde ambiental e estabelecer ou atualizar planos de saúde ambiental para situações de emergência Operacionalizar políticas, programas e sistemas de gestão pertinentes aos serviços de saúde ambiental nas unidades de saúde, abrangendo a avaliação, a prestação e o restabelecimento dos serviços Incorporar a proteção da saúde e segurança ocupacionais aos planos nacionais de segurança da saúde	Desenvolver sistemas de previsão, alerta e preparação para desastres ambientais e emergências antropogênicas. Estabelecer uma rede mundial e regional de especialistas em saúde ambiental e ocupacional qualificados e sanitaristas que possam ser mobilizados e destacados em tempo hábil para prestar apoio aos países necessitados Desenvolver as capacidades dos países para proteger a saúde e a segurança ocupacional em emergências de saúde pública
Prestar serviços de saúde ambiental adequados em unidades de saúde durante emergências	Fortalecer a capacidade do setor da saúde para formular e operacionalizar políticas, programas e sistemas de gestão pertinentes aos serviços de saúde ambiental e ocupacional em unidades de saúde, campos de refugiados e outras áreas que abriguem deslocados internos	Oferecer orientação normativa e técnica
Desenvolver as capacidades nacionais para responder a eventos químicos e nucleares visando a implementação do Regulamento Sanitário Internacional (2005)	Fortalecer as capacidades nacionais de resposta a eventos químicos e nucleares. Alavancar o desenvolvimento das capacidades previstas no Regulamento Sanitário Internacional (2005)	Oferecer orientação normativa e técnica Fortalecer as redes temáticas mundiais e regionais de especialistas para prestar apoio aos países no monitoramento e resposta a eventos químicos e nucleares.

Promover a cobertura universal de saúde por meio da prestação de serviços de saúde ambiental

38. Uma das prioridades estratégicas da OMS é prestar apoio aos países para que avancem na cobertura universal de saúde. Isso abrange assegurar que todas as pessoas acessem e possam usar serviços de prevenção e promoção da saúde adequados às suas necessidades, sem submeter o usuário a dificuldades financeiras. Serviços ambientais essenciais com o objetivo principal de melhorar a saúde são parte integrante da cobertura universal de saúde. Entre esses serviços, destacam-se, por exemplo, o abastecimento de água potável de qualidade segura, serviços de saneamento geridos com segurança, energia e tecnologias limpas, e a proteção da força de trabalho, tanto nas unidades de saúde quanto nas comunidades.

39. Os serviços essenciais de saúde serão fundamentais para reduzir os surtos de doenças infecciosas (resultando, por exemplo, na redução do número de pessoas com doenças diarreicas, após a melhoria dos serviços de água e saneamento) e com doenças não transmissíveis (por exemplo, doenças cardiovasculares e doenças respiratórias crônicas por meio do uso de energia e tecnologias limpas nos lares).

40. Os objetivos a serem alcançados por meio da abordagem transformacional estão destacados no Quadro 1.

Quadro 1. Objetivos a serem alcançados pela abordagem transformacional

Para melhorar de forma sustentável a vida e o bem-estar por meio de ambientes saudáveis

1. **Pessoas.** As pessoas vivem vidas mais longas e saudáveis graças à redução das doenças relacionadas ao meio ambiente. As pessoas estão cientes das exposições ambientais que prejudicam suas vidas e dos benefícios de fazerem escolhas mais sustentáveis e fazerem com que sua voz seja ouvida pelas autoridades. Em última análise, isso **leva a uma melhoria da saúde e do bem-estar.**
2. **Cobertura universal de saúde.** As pessoas se beneficiam de medidas de **prevenção primária**, como serviços de saúde ambiental e ocupacional essenciais e promoção da saúde, como parte integrante da cobertura universal de saúde.
3. **Poluição do ar.** Os países e as principais cidades definiram **metas de qualidade do ar** baseadas na saúde e implementaram políticas para alcançar essas metas ao **envolver os setores pertinentes.** **Combustíveis** poluentes e **tecnologias** ineficientes deixaram de ser usados. As emissões foram reduzidas consideravelmente.
4. **Mudança climática.** Os sistemas de saúde e as comunidades em todo o mundo são **resilientes** à variabilidade e mudança do clima. As emissões de carbono estão dentro das metas do **Acordo de Paris sobre Mudança Climática.** **Sistemas de energia** mais limpos estão sendo construídos e **sistemas de transporte público** eficientes promovem a **circulação ativa.**
5. **Água, saneamento e higiene.** Todos os países integraram os pilares dos **planos de segurança da água e saneamento** às suas estratégias e incorporaram a higiene adequada. Existem barreiras sanitárias e de águas residuais para **combater a resistência antimicrobiana.**
6. **Segurança química.** Os **impactos na saúde** decorrentes da exposição a produtos químicos são reduzidos, pois os impactos desses produtos e suas misturas são **mais bem conhecidos**, o uso de produtos químicos é bem regulado, e as instituições nacionais têm a **capacidade** para lidar com ameaças químicas, como incidentes e **emergências**, e estão envolvidas em **atividades de gestão** de produtos químicos.
7. **Segurança da radiação.** Os impactos sobre a saúde causados pela **radiação ultravioleta** estão **diminuindo** com o aumento da conscientização dos riscos e da proteção pessoal. As exposições desnecessárias decorrentes das **técnicas da imagiologia médica** estão eliminadas. Os casos de câncer de pulmão em decorrência da exposição ao **radônio** foram reduzidos por meio de medidas preventivas eficientes. A gestão e resposta quando ocorrem **incidentes nucleares** é adequada.
8. **Ambientes da saúde.** Todas as unidades e serviços de saúde são sustentáveis do ponto de vista ambiental: usam **serviços de água e saneamento geridos com segurança** e energia limpa; manejam de forma sustentável seus resíduos e compram bens de maneira sustentável; são **resilientes** a eventos climáticos extremos e estão aptos a proteger a saúde e a segurança da **força de trabalho da saúde.**

9. **Locais de trabalho.** Todos os locais de trabalho contam com sistemas para a gestão da **saúde e segurança ocupacionais** e para a **promoção** da saúde no trabalho. Todos os trabalhadores têm acesso a intervenções essenciais para a prevenção e controle de doenças e lesões ocupacionais e relacionadas ao trabalho.
10. **Contexto mundial e regional.** Existem acordos e políticas internacionais que lidam de forma eficiente com os **fatores mundiais e regionais que afetam a saúde**, como o clima e as mudanças nos ecossistemas.
11. **Emergências.** Todos os países dispõem da capacidade para **gerir os serviços de saúde ambiental** de forma eficaz ao longo de todas as emergências. Os países têm a capacidade para **responder** a eventos químicos e nucleares e para **proteger** a saúde e a segurança ocupacionais dos profissionais de emergência.
12. **Governança.** Os governos nacionais e locais (por exemplo, das cidades) têm mecanismos que facilitam a **cooperação intersetorial**, integram a **saúde em todas as políticas pertinentes** e asseguram o cumprimento das suas obrigações de oferecer ambientes seguros aos seus cidadãos.

41. Informações mais detalhadas sobre os documentos e atividades de apoio nas áreas prioritárias de intervenção da Secretaria estão disponíveis.¹

Para medir o progresso rumo à consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

42. As principais metas que medem o progresso, alinhadas com o programa geral de trabalho da OMS,² estão relacionadas abaixo.

No âmbito do Objetivo 3

- Reduzir em 5% a taxa de mortalidade associada à poluição do ar.

No âmbito do Objetivo 6

- Dar acesso a serviços de água potável geridos com segurança a 1 bilhão de pessoas.
- Dar acesso a serviços de saneamento geridos com segurança a 800 milhões de pessoas.
- Reduzir em 40% a 50% o número de pessoas, em países de baixa e média renda, atendidas em hospitais sem fornecimento estável de energia elétrica e serviços básicos de abastecimento de água e saneamento.

No âmbito do Objetivo 13

- Duplicar os recursos do financiamento climático para proteção da saúde em países de baixa e média renda.
- Reduzir em 10% a mortalidade por doenças sensíveis ao clima.

¹ Ver <http://www.who.int/media/embargo/en/> (consultado em 3 de julho de 2018).

² Décimo Terceiro Programa Geral de Trabalho, 2019-2023 inicialmente.

43. Indicadores adicionais e mais detalhados estão sendo monitorados dentro de cada uma das áreas da saúde ambiental. Os principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e indicadores relacionados à saúde estão relacionados no Quadro 2.

Quadro 2. Principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e seus indicadores ligados à saúde e ao meio ambiente^a

Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

- 3.9.1 Taxa de mortalidade atribuída à poluição do ar nos domicílios e no meio ambiente
- 3.9.2 Taxa de mortalidade atribuída a água insalubre, saneamento inadequado e falta de higiene (exposição a serviços de água, saneamento e higiene inadequados para todos (WASH))
- 3.9.3 Taxa de mortalidade atribuída a intoxicação não intencional

Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos

- 6.1.1 Proporção da população que utiliza serviços de água potável gerenciados de forma segura
- 6.2.1 Proporção da população que utiliza serviços de saneamento gerenciados de forma segura e instalações para lavagem das mãos com água e sabão
- 6.3.1 Proporção de águas residuais tratadas de forma segura
- 6.a.1 Montante de ajuda oficial ao desenvolvimento na área da água e saneamento, inserida num plano governamental de despesa
- 6.b.1 Proporção das unidades administrativas locais com políticas e procedimentos estabelecidos e operacionais para a participação das comunidades locais na gestão de água e saneamento

Objetivo 7. Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável moderno e a preço acessível à energia

- 7.1.2 Porcentagem da população com acesso primário a combustíveis e tecnologias limpas

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos

- 8.8.1 Taxas de frequência de lesões ocupacionais fatais e não fatais, por sexo e situação de migração

Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

- 11.6.2 Nível médio anual de partículas inaláveis (ex: com diâmetro inferior a 2,5 µm e 10 µm) nas cidades (população ponderada)

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos

Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Questões sistêmicas: coerência política e institucional

- 17.14.1 Número de países com mecanismos para reforçar a coerência das políticas de desenvolvimento sustentável

^a Os indicadores em cinza são aqueles cujo órgão de custódia é a OMS. Observe que essa lista não é exaustiva: vários outros Objetivos e seus indicadores estão ligados à saúde.

AÇÃO PELO COMITÊ REGIONAL

44. O Comitê Regional é convidado a examinar o projeto da estratégia mundial da OMS sobre a saúde, o meio ambiente e a mudança climática e fazer suas observações. Elas enriquecerão o texto do documento a ser submetido à consideração do Conselho Executivo na sua 144ª sessão, em janeiro de 2019.

= = =